

A escrita como instrumento de reivindicação dos carregadores do comércio de longa distância da Lunda. Novas possibilidades de pesquisa a partir das fontes missionárias

*The writing as an instrument of porter's claim
New possibilities for research from the missionary sources*

Elaine Ribeiro*

Resumo

A apropriação criativa e consciente do papel escrito por parte dos carregadores africanos envolvidos com o comércio de longa distância, no final do século XIX e início do XX, na Lunda, demonstra que a escrita se tornou um instrumento de reivindicação dos trabalhadores. O artigo é um esforço de síntese deste processo e uma primeira incursão sobre as possibilidades de ampliação da análise para outras temporalidades e espaços africanos a partir das fontes missionárias.

Palavras-chave

Carregadores do comércio de longa distância. Escrita. Fontes missionárias.

* Professora doutora de História da África da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Autora de *Barganhando sobrevivências: os trabalhadores da expedição de Henrique de Carvalho à Lunda (1884-1888)*, publicado pela editora Alameda em 2013 e *Sociabilidades em trânsito: os carregadores do comércio de longa distância na Lunda (1880-1920)*, tese defendida no Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo em 2016. Agradeço à Fapesp e ao CNPq por apoiarem as pesquisas de mestrado e doutorado que embasam o desenvolvimento deste artigo. Contato: elaine.ribeiro@unifal-mg.edu.br.

The creative and conscious appropriation of the writing by the African porters involved in long-distance trade, during the late nineteenth and early twentieth centuries, in Lunda, demonstrates that writing has become an instrument of workers' claim. The article is an effort to synthesize this process and a first approach to the possibilities of expanding the analysis to other temporalities and spaces from missionary sources.

Keywords

Porters of Long-Distance Trade. Writing. Missionary Sources.

Introdução

Uma das atribuições que me conferi na pesquisa sobre os trabalhadores da expedição de Henrique de Carvalho à Lunda foi a análise sobre os relatos de viagem como fonte da história social do trabalho africano. Apoiada numa bibliografia pertinente e instigante, cheguei à conclusão de que os relatos poderiam conter *interstícios*.

Inspirada na proposta de “leitura do intervalo” de João Alexandre Barbosa e na ideia de “escovar a história a contrapelo” de Walter Benjamin,¹ esses interstícios me revelaram agências históricas capazes de proporem uma interpretação que ultrapassa a ideia dualista contida em fórmulas usuais, tais como: civilização e barbárie, africano e europeu, desenvolvimento capitalista e atraso econômico, ou ainda, oralidade e escrita.

O exame destes relatos possibilitou ainda encontrar ora indícios de textos africanos, ora a reprodução na íntegra de registros escritos produzidos por agentes africanos. Além disso, na pesquisa realizada nos arquivos de Lisboa, não foi sem emoção que me deparei com esses registros nos seus suportes originais. Aqueles papéis escritos, conhecidos anteriormente por meio de terceiros, materializaram-se numa escrita em língua portuguesa africanizada em papéis amarelados com o tempo, os quais ainda mantinham sinais de dobras.²

¹ BARBOSA, João Alexandre. *A leitura do intervalo*. São Paulo: Iluminuras, 1990 e BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: *Obras Escolhidas*. I: Magia e técnica, arte e política. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 222-234.

² Ver algumas fotografias destes papéis em SANTOS, Elaine Ribeiro da Silva dos. *Sociabilidades em trânsito: os carregadores do comércio de longa distância na Lunda (1880-1920)*. 335f. Tese (História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-26082016-153408/pt-br.php>>. Acesso em: 8 mar. 2017.

Compreendo esses papéis escritos como patrimônio histórico e cultural de populações que atualmente fazem parte do estado nacional angolano. Portanto, é necessário explorar e demonstrar como este patrimônio supera ideias depreciadoras das experiências históricas africanas que ainda teimam a aparecer no discurso etnocêntrico.³

É muito importante observar que compreendo o conjunto dessas fontes como legado histórico não por ser registro escrito, mas por ser fruto das experiências concretas de agentes históricos que encontraram também no código escrito uma forma de manifestarem interesses e compromissos.

Por isso que não se pode compreender esse patrimônio deixando à parte a oralidade. Essas manifestações escritas passam por outras dimensões da vida presididas por técnicas mnemônicas de seleção, preservação e circulação de conhecimento. Como propõe Joseph Miller, citando Jan Vansina, em lugar do contraste oral *versus* escrito, o foco pertinente da questão está em como os agentes históricos criam, preservam e reproduzem conhecimentos, independentemente se estão materializados em suportes físicos.⁴

Acrescente-se, como nos lembram Ana Paula Tavares e Catarina Madeira Santos, que “os sistemas de comunicação não alfabéticos” desenvolvidos pelas sociedades da África centro-ocidental são muito antigos e se manifestam “nas grutas com pintura rupestre, nos sonas ou desenhos na areia dos Cokwe, nas tampas de panela dos bawoio e na incorporação de símbolos escritos (letras e números) em algumas peças, como no caso do ‘banco dos Quiocos’ que está sob a guarda da Sociedade de Geografia de Lisboa”⁵

Assim, entendo que seja possível superar ideias dualistas a partir dos registros historiográficos que são as mukanda, como também eram chamados os papéis escritos na África centro-ocidental no final do século

³ Indubitavelmente que esse meu contato com cartas africanas não é algo excepcional, muitos outros testemunhos escritos africanos produzidos em diferentes regiões vêm sendo estudados pelos historiadores. Entre estes estudos, temos como referência o trabalho de Ana Paula Tavares e Catarina Madeira Santos, sobre o arquivo dos ndembu de Angola, *Africae Monumenta*. A apropriação da escrita pelos africanos. Arquivo Caculo Cahenda. Lisboa: ICT, 2002; e a pesquisa de Maria Cristina Wissenbach sobre as cartas redigidas pelo escravizado Claro Antônio dos Santos a pedido da também africana escravizada Teodora Dias da Cunha, ambos residentes em São Paulo, na década de 1860. WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Teodora Dias da Cunha: construindo um lugar para si no mundo da escrita e da escravidão. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto e GOMES, Flávio (Orgs.) *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012, p. 228-243.

⁴ Sobre a discussão ver: MILLER, Joseph C. History and Africa/Africa and History. *The American Historical Review*. v. 104, n. 1, 1999, p. 10.

⁵ TAVARES, Ana Paula e SANTOS, Catarina M. *Africae Monumenta*..... nota 1, p. 472.

XIX.⁶ Nelas a oralidade e a escrita não se contrapõem e, muito menos, o material e o simbólico. Estes aspectos se complementam em proveito da preservação do conhecimento e da manifestação dos interesses de agentes históricos que das mukanda fizeram uso.

Quando escreveu sobre as “invenções culturais” nos “itinerários comerciais”, Isabel de Castro Henriques apresentou o argumento sobre o comércio da África centro-ocidental ter sido a “via privilegiada” para a circulação de ideias e novidades. Para a historiadora, as relações sócio-comerciais caracterizadas pelo sistema de parentesco incorporaram e permitiram a dinamização, a invenção e a renovação das novidades exteriores.⁷

Concordando com Henriques, penso que podemos encarar a mukanda (o papel escrito) como uma novidade do comércio internacional apropriada pelos agentes africanos centro-ocidentais. Esse interesse pela apropriação significa que, na experiência cotidiana e a partir de valores próprios, as agências africanas absorveram o elemento externo com a intenção de monopolizá-lo. Isso quer dizer que esse processo não foi realizado sem conflitos. Ele se deu em meio às disputas sociais e políticas.

Outro aspecto que necessita ser considerado fortemente é que a escrita em língua portuguesa não foi uma novidade manejada somente por estratos sociais mais favorecidos das sociedades africanas.

Integrados à estrutura comercial vigente e às regras sociais, que sofreram o impacto de novos elementos vindos com o comércio do Atlântico, as pessoas comuns em suas tarefas diárias, como os carregadores das caravanas do comércio de longa distância na África centro-ocidental, compreenderam e aderiram ao processo de apropriação das novidades. Analisar essa compreensão e adesão auxiliou-me na investigação de suas necessidades e vontades. O simbólico da escrita, a mensagem que ela carrega, e a sua materialidade no papel foram assumidos pelos menos favorecidos em proveito de seus interesses quando percebiam que estavam sendo atacados tanto por forasteiros, quanto por conterrâneos.

⁶ Segundo os dicionaristas do Kimbundu, o plural de mukanda é mikanda. Entre outros ver: ASSIS JR., A. *Dicionário Kimbundu-Português*. Linguístico, Botânico, Histórico e Corográfico seguido de um índice alfabético dos nomes próprios. Luanda: Argente, Santos e Cia Ltda., s.d., p. 285; 301. Portanto, de acordo com esta regra gramatical, seria equivocado tratar o conjunto dos escritos africanos de mukanda. Porém, tendo consciência da informação, solicito a compreensão do leitor para a minha intenção de apresentar “mukanda” como um vocábulo que evidencia um conceito de escrita africana, que foi produzida na tessitura das relações entre agentes africanos centro-ocidentais e lusos.

⁷ HENRIQUES, Isabel Castro. *O pássaro do mel*. Estudos de História Africana. Lisboa: Edições Colibri, 2003, p. 144-145.

Todavia, há ainda questões que permanecem e que merecem ser compreendidas através de uma investigação acurada a partir de outras fontes relativas a espaços e temporalidades africanas diferentes dos que me detive até então. Estas questões dizem respeito ao processo de divulgação e apreensão da escrita entre as várias camadas das sociedades africanas centro-ocidentais desde o princípio de suas relações com os agentes europeus.

Atualmente, é consenso entre os especialistas que esse processo foi paulatino e se deu pelo menos desde meados do século XVII junto às missões religiosas dos jesuítas, capuchinhos e carmelitas estabelecidas em torno dos presídios ou fortes projetados pelos portugueses e construídos com mão de obra local.

Em estudo seminal, Jill Dias reconheceu alguns grupos identitários, compostos de comerciantes e carregadores, responsáveis pela manutenção de circuitos ligados ao comércio de longo percurso. Entre esses grupos identificou os chamados ambaquistas, que operavam nas vias mercantis desde as proximidades de Luanda até a região do rio Kwangu, no interior.

Segundo a historiadora, a identidade ambaquista se formou a partir do século XVII nos agrupamentos estabelecidos juntos ao presídio de Ambaca (ou Mbaka), região do Ndongo. “Suas raízes biológicas remontavam a uniões longínquas no tempo entre mulheres africanas e os conquistadores e comerciantes portugueses activos na região” e na descendência de “antigos escravos ou refugiados de guerra que nesse período se juntaram sob a proteção portuguesa”. A língua praticada pela “comunidade predominantemente negra dos ambaquistas” era o kimbundu sob duas formas: “uma centrada em Luanda e outra falada na zona oriental da colônia, nomeadamente, Mbaka”. Além do kimbundu, os habitantes de Ambaca também praticavam a leitura e a escrita na língua portuguesa, habilidades que aprenderam com os religiosos das missões estabelecidas na região.

Ao longo dos séculos, o conhecimento da escrita propiciou aos africanos que o detinham, quer nascidos ou não em Ambaca, a identidade ambaquista. Provavelmente esta identidade era almejada, assim como o domínio da escrituração, porque poderia possibilitar ao seu detentor uma mobilidade social. É possível encontrar nas fontes, ambaquistas como escribas e secretários de chefias africanas, o que lhes permitiam o poder de intermediar as relações diplomáticas e comerciais com os estrangeiros.⁸

⁸ DIAS, Jill. Novas identidades africanas em Angola no contexto do comércio atlântico. In: BASTOS, Cristina; ALMEIDA, Miguel Vale de; FELDMAN-BIANCO, Bela (Orgs.). *Trânsitos coloniais*. Diálogos críticos luso-brasileiros. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 326-327; 335. Para uma discussão sobre a construção de uma imagem negativa

Tomando como base o percurso de pesquisa que me trouxe até aqui, o propósito do presente artigo é iniciar o seu aprofundamento, porém trilhando-o em companhia de documentos de natureza diferente e que tratam de outros espaços e temporalidades. Mediante o exposto, é importante afirmar que este é um esforço de síntese das investigações anteriores e uma primeira incursão sobre as fontes missionárias.

Mukanda como instrumento de reivindicação dos carregadores do comércio de longa distância da Lunda

O texto oral tem vezes que só pode ser falado por alguns de nós.
E há palavras que só alguns de nós podem ouvir.
No texto escrito posso liquidar este código aglutinador.
Outra arma secreta para combater o outro e impedir que ele me descodifique para depois me destruir.
Como escrever a história, o poema, o provérbio sobre a folha branca?

Manuel Rui. Eu e o outro – O invasor ou Em poucas três linhas uma maneira de pensar o texto. In: MEDINA, Cremilda. *Sonba Mamana África*. São Paulo: Epopéia, 1987, p. 308-310.

Em meados de 1885, forçosamente acampado na região Shinje por conta da falta de carregadores para o transporte das cargas da expedição, o major português Henrique de Carvalho recebeu uma carta assinada por quatro dos trabalhadores que ainda permaneciam ao seu serviço: Caguhia, Gamboa, Guizuua e João Capagala, que dias antes haviam sido enviados à região de Malanje com o intuito de convencer colegas a “pegarem cargas” e colocarem novamente o empreendimento português em marcha.

Essa carta era um registro de denúncia e um instrumento de reivindicação.

A partir dela, os carregadores reclamavam do comerciante português Custódio Machado e o acusavam de maus tratos e de não cumprir com o pagamento acordado anteriormente. No texto da carta diziam que Custódio Machado “chegou areba com cacetadas e socos fortes sem motivo algum” e “quando foram lhe pedir o sustento, este só lhes entregou quatro peças da jarda (tecido)”.

Da mensagem manuscrita também se pode compreender que os quatro trabalhadores ainda esperavam alguma consideração de seu chefe a respeito de suas queixas, uma vez que afirmavam ser “carregadores e serventes de Henrique de Carvalho” e que por isso era possível que se

dos ambaquistas pelos portugueses, ver: VERA CRUZ, Elizabeth Ceita. *O estatuto do indigenato*. Angola. A legalização da discriminação na colonização portuguesa. Lisboa: Novo Imbondeiro, 2005, p. 132-141. (Coleção Estudos e Documentos).

“algum dia quanto [precisasse] com carregador ninguém mais [teria] de aceitar...”⁹

No acervo documental da Expedição de Henrique de Carvalho, que está sob a guarda do Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, há vários papéis escritos por agentes africanos, entre os quais alguns produzidos por carregadores, sejam de próprio punho, sejam encomendados a um escriba. Este pode ter sido o caso da carta dos carregadores Caguhia, Gamboa, Guizua e João Capagala.

A partir da análise desse conjunto documental, que coloquei em diálogo com fragmentos iluminados do relato de Carvalho, pude desenvolver a proposição teórica que chamei de “vínculos sociais de responsabilidade na vida em caravana”.¹⁰ Não se tratou, portanto, de uma análise de casos excepcionais, mas de ocorrências que sempre foram registradas pelos viajantes de maneira queixosa contra os carregadores contratados para transportarem suas cargas.

Os autores das fontes europeias da época sempre acusaram os carregadores de serem indolentes, manhosos e ladrões. Na carta a Luciano Cordeiro, presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, o viajante português Roberto Ivens, ao se lamentar por não receber do governo mais apoio, aproveitou para reforçar sua reclamação com o argumento sobre as dificuldades que tinha com o transporte de si e de suas cargas nas viagens pelos territórios africanos. A respeito do carregador, escreveu que era ele quem escolhia os caminhos a trilhar e não havia “forças humanas que o afastassem d’elle!”¹¹

No caso da expedição à Lunda, ocorrida entre os anos de 1884 e 1888, na época das grandes conferências que decidiram a partilha do continente entre as chamadas potências europeias, quem mais reclamou dos carregadores foi o farmacêutico Agostinho Sisenando Marques, considerado na hierarquia da expedição, o subchefe logo abaixo de Henrique de Carvalho e acima do capitão Manuel Sertório de Almeida Aguiar, responsável pela produção fotográfica das paisagens, dos monumentos e das pessoas das regiões pelas quais a expedição passou.¹²

⁹ Ver imagem e transcrição da Correspondência de Caguhia, Gamboa, Guizua e João Capagala [ou Capangala] a Henrique de Carvalho, c. 1885 em: SANTOS, Elaine R. S., p. 163-165; 293.

¹⁰ Ibidem, p. 142-175.

¹¹ Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL). 779. Res. 2 – A – 23 – 87.

¹² Além disso, a expedição contava com outro português, chamado de “empregado europeu” por Carvalho. Seu nome era Augusto e não me consta que possuía alguma patente do exército luso. Para uma análise da composição da expedição e de sua produção documental ver: RIBEIRO, Elaine. *Barganhando sobrevivências: os trabalhadores da expedição de Henrique de Carvalho à Lunda (1884-1888)*. São Paulo: Alameda, 2013; HEINTZE, Beatrix. *A Rare Insight into African Aspects of Angolan History: Henrique*

Sisenando Marques em diferentes momentos acusou alguns grupos de carregadores, particularmente o grupo proveniente da região do Songo, de roubarem as cargas da expedição e de incitarem greves pelos caminhos:

Ao nosso serviço estavam uns noventa carregadores ma-songos, chegados em agosto [...] Não sabiam receber ordens, nem conheciam a obediência; portanto, só se marchava quanto estes figurões queriam, ou então só depois de terem esgotado ao chefe da expedição os últimos restos de paciência, se resolviam, como por graça especial, a metter-se a caminho [...] Despontou a aurora de quinta-feira, 1o dia de outubro [de 1885]; madrugada amena, de céu desanuviado, fresca, bella; e aprompto-me para marchar. Mas, oh desilusão! Lá vejo ao longe, junto a uma cubata, o Quiteca, chefe dos carregadores masongos [...] fitando o céu, observando os astros! [...] já elle estava ao pé de mim, dando pane que tinha tres homens doentes e os outros cansados da marcha da vespera; portanto, que não podiamos partir. Não me zanguei; respondi: – não tem dúvida; o commandante está a chegar aqui, vossemecês ficam acompanhados de um soldado para os vigiar e eu sigo com a outra gente. Loanda, Malanges e soldados, gritei, a caminho, vamo-nos embora. – Não podemos, senhor, adoeceu o velho [loanda] Matheus, e não ha de ficar abandonado no mato, respondeu uma voz do grupo. – Pouco me importa. Matheus não fica só; acompanham-no os masongos e as praças 49 e 90, disse eu. Rosna-se e manifesta-se descontentamento. Ouve-se a voz de João Capangalla, tolo, mas atrevido: – A gente, senhor, não pôde deixar o nosso pae Matheus, é o nosso velho! – Gente de Malange, tentei eu ainda, vossês que são os melhores, em que sempre depositei confiança, acompanhem-me! Não pegou a cantiga. Falla Negrão [...]: – Senhor, um dos meus filhos está com uma ferida de peste na perna; e também a gente de Loanda não ha de ficar aqui sósinha, porque não conhece o povo d’este sitio, e os masongos não são boa gente. Tenha paciência, espere para amanhã. – Vossês aqui todos reunidos, e uma metralhadora alem, n’aquella montanha, era como eu me vingava... Foram estas as minhas últimas palavras, e recolhi-me á minha tenda, metti os dedos por entre os cabellos, puxei-os com força, e não sei como os não arraquei todos.¹³

Para compreender o ponto central da discussão travada no excerto e que também gerou a carta dos quatro carregadores supracitada, é preciso tratar do processo de contratação de carregadores pelos mercadores sertanejos e outros agentes que pretendiam viajar pelos territórios da África centro-ocidental.

O processo de contratação de trabalhadores para o serviço de transporte era mais violento quanto mais próximo se dava dos centros administrativos portugueses, onde, no decorrer do século XIX, se assemelhava às formas de captura de escravizados, “libbando os

Dias de Carvalho's Records of his Lunda Expedition, 1880-1884. *Portugal Studies Review*. 19, 1-2, p. 93-113, 2011.

¹³ MARQUES, Agostinho Sisenando. *Expedição Portuguesa ao Muata-Yanvo*. Os climas e as produções das terras de Malange à Lunda. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889, p. 378; 389-390.

carregadores para não fugirem”.¹⁴ Porém, quando a contratação se dava próximo dos pontos de parada das caravanas e das aldeias instaladas nos circuitos do comércio africano, nos limites das regras vigentes nesta modalidade de comércio, os carregadores tinham relativa autonomia para organizarem seu trabalho e negociarem sua remuneração.

Nesses casos, nos acordos celebrados estavam subentendidas algumas obrigações, entre elas, o dever do contratador ou do chefe do empreendimento de zelar pela segurança de seus “carregadores e serventes”, parafraseando o texto da carta de Caguhia, Gamboa, Guizua e João Capagala. Consequentemente, nada mais justo do que ir reclamar ao seu chefe os maus tratos sofridos. A novidade no caso em questão foi a forma como a reivindicação chegou a Carvalho, pelo intermédio de uma carta.¹⁵

Essas obrigações ou responsabilidades faziam parte, portanto, dos vínculos criados no processo de contratação dos carregadores. Esses vínculos eram sociais e implicavam direitos e deveres para ambas as partes. Para os carregadores, era seu dever prestar o serviço de transporte das cargas e preservar sua segurança. Isto também valia para o viajante. Em casos de necessidades, os carregadores deveriam zelar pela saúde e segurança de seus contratadores.¹⁶

Já para os contratadores, a obrigação era cumprir com o acordado, quanto ao pagamento da remuneração e à manutenção do itinerário, isto é, sem desvios no caminho. Os desvios eram algo corriqueiro nas expedições finisseculares lideradas por europeus, já que uma de suas intenções era explorar os territórios com o intuito de mapeá-los.

Os casos de maus tratos, conflitos, doenças e mortes eram vistos pelos trabalhadores como uma fraqueza do chefe que não era capaz de

¹⁴ Esta informação encontra-se no ofício do coronel Fortunato de Melo ao ministro Sá da Bandeira de 1839 e foi referenciada por Alfredo Margarido em *Les porteurs: forme de domination et agents de changement em Angola (XVII-XIXe. Siècles)*. *Revue Française d'Histoire d'Outre-mer*. Tomo lxxv, 1978, 240, p. 384. Para uma discussão sobre o processo de abolição português e o desejo intenso por encontrar novas formas de controlar compulsoriamente a força de trabalho africana, ver: RIBEIRO, Elaine. *Barganhando sobrevivências...*, p. 49-93.

¹⁵ A situação que motivou a partida de Caguhia, Gamboa, Guizua e João Capagala e, posteriormente, a carta de reclamação endereçada a Henrique de Carvalho foi gerada pela desistência dos carregadores contratados para a expedição na região Shinje, os quais desistiram do trabalho por conta do adoecimento e da morte de alguns companheiros ao longa da marcha. Estes fatos deram má fama à expedição de Carvalho, porque os desistentes diziam que as cargas estavam enfeitiçadas. Mais sobre o caso ver: SANTOS, Elaine R. S. *Sociabilidades em trânsito*, p. 142-147.

¹⁶ Os viajantes alemães Paul Pogge e Max Buchners registraram situações extremas de fome e de doença em que foram socorridos por seus carregadores. Ver: HEINTZE, Beatrix. *Pioneiros Africanos*. Caravanas de carregadores na África Centro-Ocidental (entre 1850 e 1890). Lisboa: Editorial Caminho, 2004, p. 40; 43.

mediar as forças que ameaçavam a desintegração social da caravana e nem de atrair bons negócios para os seus contratados.

Em suma, a responsabilidade estava imbuída nos vínculos sociais engendrados nos contatos entre diferentes agentes e, no final do século XIX, era também divulgada pela escrita, como no caso da carta mencionada.

A vinculação social que se manifestava por meio de palavras escritas no papel também era chamada de mukanda.

Na Lunda, contexto de ação destes trabalhadores, a palavra mukanda tinha vários significados. Era utilizada para identificar o rito de iniciação dos meninos. Também designava a “casa distante da povoação, onde os rapazes se conservavam em liberdade com os companheiros, não tendo relações alguma com o exterior”. A partir da experiência do rito de iniciação, o termo também era usado como um marcador temporal, “a mucanda de tal epocha”. Significava ainda a autorização das chefias africanas aos negociantes estrangeiros para fundarem casas comerciais em seus territórios, como também denominavam os fundos ou acampamentos construídos para as caravanas do comércio. Por fim, a palavra mukanda podia nomear ainda os contratos de trabalho.¹⁷

Por isso acredito que seja útil a análise da “profundidade histórica dos vocábulos” presentes na documentação produzida por agentes europeus e africanos. Como propõe Jan Vansina, nos discursos produzidos sempre há evidências linguísticas que auxiliam na reconstrução histórica.¹⁸

Há que questionarmos se existem outros sentidos dos textos produzidos pela e a partir da agência dos carregadores: por exemplo, por que enviar uma carta ao chefe da expedição Henrique de Carvalho em vez de somente ir falar diretamente com ele, como fizeram os carregadores em relação ao subchefe Sisenando Marques?

Desta forma, quiçá podemos entender como a escrita, “a arma secreta do colonizador”, como propõe Manuel Rui, na epígrafe deste texto, pôde ser utilizada pelos carregadores e permite ainda hoje que “se escreva a história sobre a folha branca”.

¹⁷ Mais sobre os significados de mukanda que consegui apurar nas fontes, ver: O sentido social da mukanda. RIBEIRO, Elaine. *Barganhando sobrevivências...*, 2013, p. 257-265. Os vários sentidos de mukanda também podem ser consultados em: TAVARES, Ana Paula. Glossário. *História e memória: estudo sobre as sociedades Lunda e Cokwe de Angola*. Lisboa, 2009. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, p. 311-312. Agradeço à Ana Paula Tavares enviar-me suas notas de pesquisa a respeito do vocábulo.

¹⁸ VANSINA, Jan. Linguistic evidence and historical reconstruction. *Journal of African History*. n. 40, 1999, p. 469-473.

A mukanda como contrato de trabalho e nota de crédito na África centro-ocidental

Por terem constituído o mais importante eixo que fazia a engrenagem do comércio de longa distância se movimentar, os carregadores não eram alheios a sua organização. Muitos deles destacaram-se por entender o seu funcionamento e pela consciência de sua pertença às sociedades em trânsito que eram as caravanas. De tal modo, é possível encontrar indícios de suas agências nas cartas ou mukanda que em fins do século XIX encontravam-se integradas à organização sócio-comercial.

Essa organização permitia que com “papelinhos” ou bilhetes se pagasse por hospitalidade, alimentos e serviços e, ainda, “dar, receber e retribuir dádivas”. Para que tal sistema de fiança ou de crédito funcionasse neste formato, todos os envolvidos deviam conhecer as obrigações anotadas nas mukanda, mesmo que não possuíssem as habilidades da leitura e da escrita em língua portuguesa.¹⁹

Também por isso que o escrito não substituiu a oralidade, pelo contrário, ele a evidenciou, especialmente, nos casos de interlocutores que não soubessem ler. Eles necessitavam confiar no que lhes era dito para creditarem valor ao papel escrito e entregar ou receber o produto que havia sido combinado.

Estabelecido na região de Cabinda, João de Mattos e Silva registrou em sua memória um processo semelhante de uso da escrita, que também era associada ao vocábulo mukanda.²⁰

Mukanda de ganho, “que elles pronunciam gáio”, segundo o médico português, era “o escripto de que consta o ajuste, pelo branco, do serviço a mezes em numero indeterminado” a prestar pelos trabalhadores africanos. Neste papel eram anotados o nome do trabalhador ou trabalhadora, o serviço a ser prestado e a sua remuneração. João de Mattos e Silva confirma que havia consciência por parte dos contratados das

¹⁹ Entendo o conceito de dádiva formulado por Marcel Mauss como uma ferramenta útil de trabalho que, como todas as outras, “necessita ser testada, refinada, redefinida no curso da investigação histórica, não para construir um modelo, mas para identificar novos problemas ou visualizar velhos problemas em novas formas”. A frase entre aspas, com a qual concordo, é de autoria de E.P. Thompson que a publicou em: *Folclore, Antropologia e História Social*. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio.FF (Org.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 227-267, especialmente a p. 229. A formulação conceitual de dádiva de Mauss pode ser encontrada em *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70, 2011.

²⁰ João de Mattos e Silva foi delegado de saúde durante o primeiro governo nomeado para o distrito do Congo, criado em 1885 pela administração portuguesa. SILVA, João de Mattos e. *Contribuição para o estudo da região de Cabinda*. Memória apresentada por João de Mattos e Silva a S.S.G.L. Lisboa: Typographia Universal, 1904.

informações registradas no papel: “alguns pretos sabem ler, e os que não sabem tomarão conhecimento do contheudo do escripto por intermedio d’esses ou d’algum branco a quem pedirão para lhe dizer o que está na mukanda”.²¹

Na virada do século XIX para o XX, a expressão “tomar mukanda” já era relativamente usual na região de Cabinda e significava contrato mesmo quando não havia papel escrito, o que ocorria quando um africano contratava outro e existia “prova testemunhal apenas”.²² Desta forma, houve um empréstimo do vocábulo usado para designar o papel escrito para as relações cotidianas, marcadas pela oralidade.

A mukanda de ganho também servia para anotar os pagamentos recebidos dos contratadores. Após o término do serviço e com toda a remuneração acordada recebida, o trabalhador rasgava o papel. Este procedimento era chamado de “limpar mukanda”.²³

Outro sentido de mukanda nesta região é parecido com aquele que apurei entre as populações da Lunda: bilhetes e papelinhos como promessa de pagamento futuro, isto é, como crédito. “Vale” é a palavra em língua portuguesa usada por João de Mattos e Silva para designar este uso, que era conhecida na região de Cabinda como “mukanda pagamento”.

Este tipo de mukanda era usado para remunerar serviços esporádicos ou avulsos. Após o trabalho realizado, o contratante pagava com gêneros e/ou dava um vale para o trabalhador ou trabalhadora ir receber sua remuneração na casa comercial indicada na mukanda pagamento.²⁴

²¹ Segundo a mesma fonte, mukanda era mais usada pelos locais para designar “contracto escripto”, embora “a significação geral [fosse] escripto, carta, qualquer papel com letras, mesmo um livro...”. SILVA, João de Mattos e. *Contribuição para o estudo da região de Cabinda*. Memória apresentada por João de Mattos e Silva a S.S.G.L. Lisboa: Typographia Universal, 1904, p. 202.

²² Ibidem, p. 203.

²³ João de Mattos e Silva escreve ainda sobre o pagamento da alimentação ou “rações” pagas pelos chefes aos seus empregados: “Este escripto designa o que propriamente se chama pagamento; mas cada preto ganha além d’isso outras verbas com o nome de ração (que elles dizem lanço ou lançon), uma das quaes é constante e é o que recebe diariamente, em generos para alimentar, mas a que não resiste bebendo algum gole; recebe ainda o que chama lanço de sumâna (ração de semana) aos domingos. Tanto o pagamento como as rações variam com a qualidade do serviço prestado”. Ibidem, p. 204.

²⁴ A diferença entre mukanda de ganho e mukanda pagamento estava no tempo do contrato de trabalho: “Quando o serviço é demais d’um dia até uma semana, dá-se cada dia a ração (gêneros para fazer a comida) e no fim o vale. Quando o trabalho é aturado, sem designação de tempo, é que se passa a mukanda de ganho, pagando-se cada dia a ração”. SILVA, João de Mattos e. *Contribuição para o estudo da região de Cabinda...*, 1904, p. 202-203.

Para estes pagamentos as casas comerciais reservavam um de seus cômodos, ao qual davam o nome de “feitiço”. Nele se pagavam “as coisas miúdas” com “gêneros europeus” e “pequenas porções de tecidos de cada qualidade”. Para atender os trabalhadores, “quase sempre [havia] um empregado especial ou o próprio dono”, que de acordo com João de Mattos e Silva, era “um sujeito bastante pratico do negocio, que [sabia] fazer valer os produtos europeus, e ladino para contentar os pretos com pequenos presentes que os [faziam] ir-se contentes com vontade de se afreguesarem”.²⁵

O médico português registrou ainda o enorme valor moral da mukanda tanto em Cabinda, quanto nas suas adjacências e nos caminhos para o interior, de tal modo que o viajante não precisava levar muitos gêneros consigo, “bastando-lhe papel e lápis” para conseguir “gêneros de commercio, comer, pousada, carregadores, etc.”. Era só creditar uma mukanda e dizer ao recebedor a casa comercial, a mercadoria que nela poderia resgatar e sem mencionar um tempo limite para resgate:

O preto guardará cuidadosamente o papel, ficando-lhe de memória o valor que o branco disse ter ahí escripto e a casa que o receberá; conservará, emquanto lhe convier, o bilhete, ou mesmo transaccionará com elle, e uns dias depois, mezes, até anos depois, em tal casa um preto qualquer apresentará a ordem e saberá o que deve receber.²⁶

Desde o final do século XV, que a região de Cabinda, que ficava entre o litoral Atlântico e os territórios do antigo reino do Kongo, manteve um contato constante com agentes europeus, especialmente com missionários cristãos, com os quais muitos aprenderam a ler e a escrever. Devido a esse longo processo histórico de relações que acredito que foi possível a João de Mattos e Silva apresentar com pormenores os usos sociais e econômicos da escrita no seu tempo.

No caso da Lunda, é possível entender que o costume da mukanda já estava em prática nas últimas décadas do século XIX. Segundo Ana Paula Tavares, a escrita na região pode ter penetrado via correspondência do governador-geral português, que recebeu em Luanda, no ano de 1807,

²⁵ Ibidem, p. 60.

²⁶ Silva também assinala os abusos dos europeus sobre este sistema: “... estendendo-se a toda a província d’Angola, onde é vulgar há muito o costume da mukanda, [...] o preto recebe de boa fé o bilhete e a indicação do local do pagamento, e só na ocasião d’este conhece o logro, quando o conhece; umas vezes o nome ou assinatura não foi escripto, outras é desconhecido o signatário, outras, pelo contrario, é por demais conhecido como caloteiro, etc. Algumas vezes o bilhete só contem obscenidades, outra até insultos, e assim nem se sabe o que o branco emissor terá dito que escreveu”. Nestes casos, cabia ao proprietário da casa comercial satisfazer ou não a mukanda. Casas comerciais que se negavam a fazer os pagamentos caíam em descrédito com a população, que poderia não mais aceitar os bilhetes para nela resgatarem seus pagamentos. Ibidem, p. 204-205.

duas embaixadas da Lunda. No retorno, junto com os embaixadores foram cartas e, provavelmente presentes, chamados de mussapos, para o muatiãnvua, autoridade máxima dos lundas. Dessa maneira, argumenta Tavares, os portugueses iniciam com a Lunda “o que já era prática para outras regiões do interior de Angola”: o “uso da escrita como instrumento de legitimidade e formalização das relações” diplomáticas.

Tavares informa ainda que a correspondência do governador-geral revela um conhecimento prévio sobre a organização política da Lunda. Isto devia ser resultado das informações que circulavam “na costa pelos representantes de antigas posições que, durante anos, se constituíram intermediários entre Luanda e o interior”, entre eles, podemos indicar os líderes das caravanas e os ambaquistas. Esta circulação, por sua vez, acompanhou o “movimento de estruturas políticas em permanente transformação, mas cuja memória se construiu e perpetuou sobre uma base muito antiga de aliança e adoção”.²⁷

Dentro deste quadro de divulgação de informações, não seria demais compreender que a prática da escrita comercial também foi divulgada por esses intermediários.

Os negociantes portugueses e outros não africanos, estabelecidos no litoral, trabalhavam com créditos chamados de letras seguras e livranças. Assim, conjecturo que os bilhetes e vales que rodavam na África centro-ocidental no século XIX podem ter vindo da prática comercial do Atlântico de passar créditos escritos.

Segundo uma fonte do século XVIII, que encontrei no setor de manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, o pagamento com letras seguras consistia em os capitães dos navios negreiros pagarem os “direitos dos Escravos [à Fazenda real] quando os despachavam em Angola e Benguella com dinheiro de cobre e marfim, e todo aquelle q. não tinha dinheiro os pagavão com letras q. Assinavão a pagar nos portos do Brazil”. Este pagamento era feito com o saldo da venda dos escravizados.

Por sua vez, os “feitores ou depositários da Fazenda Real [em Luanda] compravão o q. precisavão para a fazenda Real, fazião os pagamentos do q. Compravão com huns bilhetes, q. Era mesmo q. Hum credito, aq. Davão o nome de Livransa”. As livranças eram dadas aos administradores do Contrato, que as aceitavam e em troca pagavam com Letras os direitos da Fazenda Real: “com estas taes livranças hião os administradores do contrato ajustar a conta com o Feitor da Fazenda Real do que devião daquele quartel vencido, ficando assim logo a fazenda Real paga, e as livransas, e o contrato pago em Angola dos direitos, q. lhe

²⁷ TAVARES, Ana Paula. *História e memória...*, 2009, p. 44-46.

pertencião praticando assim tudo com boa fé”. Os feitores da Fazenda Real também podiam passar essas livranças a terceiros que depois entregavam aos administradores do contrato para descontá-las e assim por diante.²⁸

A pesquisa do historiador Maximiliano Menz demonstra que estes papéis rodavam o oceano Atlântico como promissórias, que na maioria das vezes eram descontadas no Brasil pelos negreiros após a venda dos escravizados por moedas de ouro, com estas eles compravam açúcar e seguiam para Lisboa, de onde haviam partido inicialmente para Luanda com tecidos e armas de fogo.

Segundo reportagem da revista *Pesquisa Fapesp*, publicada em maio de 2015, Menz encontrou no arquivo da Torre do Tombo, em Lisboa, dois acervos documentais: “quatro livros de contratos de exportação de escravizados comprados em Luanda de 1763 a 1770” e “cerca de 230 livros – quatro por ano, cada um com 600 páginas – dos registros de mercadorias que passaram pela alfândega de Lisboa ao serem embarcadas para Luanda de 1748 a 1807.” Em 28 destes livros, o historiador apurou cerca de “2 mil lançamentos com nomes de pessoas e mercadorias e concluiu que, embora os negócios estivessem concentrados nas mãos de grandes negociantes, centenas de pessoas participavam” deste sistema de crédito, inclusive os “padres, que poderiam enviar vinhos a serem trocados por escravos em Luanda”.²⁹

Um estudo precursor sobre os sistemas de crédito do comércio atlântico foi realizado por Anna Amélia Vieira Nascimento. Nele a

²⁸ Ainda de acordo com a fonte, esta foi uma prática comum até o ano de 1760, quando começou a existir “excessivas formmas de livransas q. Os administradores do contrato pagavão, e não pagavão, querendo q. girasse na terra como q. Fosse divinamente provincial”. Para tanto, ver: *Instrução em que se mostra a formalidade do comércio do reino de Angola e Benguela*, e o quanto tenha florescido desde o seu princípio até o ano de 1760 em que principiou a sua ruina originada pela ambição de Raymundo Jalama sendo administrador do contrato que findou a 4 de janeiro de 1766 e acabado de arruinar por seus sucessores Jorge Lopes Bandeira (?) Florentino João de Carvalho associados com dito Jalama athe 30 de dezembro de 1769 em q. Sua Magestade foi servido mandar administrar aquelle contrato por conta da sua Real Fazenda e extinguir as livransas q.e giravão na terra tendo esta sido a base fundamental da total ruina daquele commercio, e capa de rebuçõ para os administradores dos contratos fazerem em nome de terceiros as suas clandestinas negociaçoens de q. Tiravão avultados lucros. I – 32, 34, 032 nº 001. Coleção Ásia e África. Setor de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

²⁹ As informações sobre a pesquisa de Menz foram publicadas em: FIORAVANTI, Carlos. Os banqueiros do tráfico. Documentos antigos evidenciam papel dos grandes negociantes de Lisboa nas operações com escravos em Angola. *Pesquisa Fapesp*. n. 231, maio 2015, p. 82-85. Sobre as livranças, Menz afirma ainda que elas eram créditos que funcionavam como “papel-moeda utilizada pela população da capital e pelos mercadores de escravos que trocavam letras seguras sobre o Brasil por este papel moeda”. MENZ, Maximiliano M. As geometrias do tráfico: o comércio metropolitano e o tráfico de escravos em Angola (1796-1807). *Revista de História*. v. 166, 2012, p. 206.

historiadora apurou nos arquivos da Bahia documentos chamados de “letras de risco” e “carregações”. As letras de risco eram “um instrumento privilegiado de crédito” e funcionavam da mesma forma que os das letras de Angola. No lado americano do Atlântico eram chamadas de risco porque os envolvidos entendiam que “tanto a mercadoria como a letra sofriam riscos ou perigos do mar: “fogo, corsários, inimigos e falsos amigos”. Estes perigos deveriam “correr tanto por conta do financiador, como do negociante”.³⁰

Já as carregações eram documentos que descreviam a mercadoria que estava sendo enviada por um determinado navio e que poderia ser trocada no porto de descarga, caso os produtos não fossem vendidos a dinheiro ou transformados em letra de risco. “A diferença entre as letras de risco e as carregações é que as primeiras exigiam juros pré-estabelecidos e as últimas não determinavam taxas de juros”. As primeiras eram endossadas por grandes financistas e as carregações eram destinadas para a troca de mercadorias. Ambas “funcionavam através de um entendimento prévio entre os comerciantes locais e aqueles dos portos onde iriam transacionar”.³¹

Anna Amélia Nascimento levantou ainda o envolvimento de religiosos com este sistema de crédito, inclusive dos padres da Companhia de Jesus que mantinham procuradores com os quais se podiam adquirir as letras de risco.

Para a realização do comércio através das letras de risco era necessário que houvesse um entendimento prévio entre o financiador na Bahia e aquele que no porto de descarga do navio transformaria o dinheiro da venda da mercadoria em letra de risco a ser devolvida à Bahia. Assim os mercados e financistas deste porto mantinham procuradores em outros portos onde faziam negócios. Sucessivos nomes são mencionados como procuradores, mas, em última instância, no caso da ausência daqueles, os portadores deveriam dirigir-se aos procuradores dos Padres da Companhia de Jesus.³²

O meu interesse na informação sobre o envolvimento de religiosos com o sistema de crédito do tráfico atlântico de escravizados remete-se à prática ambaquista de escrituração que, conforme apresentei

³⁰ NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. “*Letras de risco*” e “*carregações*” no comércio colonial da Bahia (1660-1730). Salvador: Publicação do Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, 1977, p. 11. Agradeço a professora Mariza de Carvalho Soares pela indicação desta obra.

³¹ Ibidem, p. 11-12; 30. Além de carregações marítimas, o trabalho da historiadora trata de carregações terrestres utilizadas no comércio entre a Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

³² NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. “*Letras de risco*” e “*carregações*” no comércio colonial da Bahia (1660-1730)..., 1977, p. 11; 30-31.

anteriormente, foi aprendida com missionários estabelecidos na região angolana de Ambaca.

O meu argumento, portanto, é que o formato e a função destes créditos escritos – livranças e letras – foram aprendidos pelos ambaquistas com missionários e também com a prática comercial do tráfico atlântico. Logo, pela ação destes agentes da escrita, considerando que prestaram serviços de escriba e secretariado às chefias africanas, acabaram divulgando e adaptando a prática dos créditos escritos ao conjunto de regras pré-estabelecido entre as sociedades africanas.

Por sua vez, os carregadores do comércio caravaneiro, que tinham contato com ambaquistas e com a prática da escrituração – porque também *carregavam mukanda* – foram aos poucos incorporando-a e adaptando-a aos seus costumes, mesmo que não soubessem ler e escrever.

Possibilidades metodológicas de análise das fontes missionárias para a compreensão do sistema comercial caravaneiro de longa distância na África centro-ocidental

O quadro geral exibido a respeito dos usos sociais da escrita no comércio caravaneiro do final do século XIX permitiu perceber a existência de brechas. Ao contrário do que se possa pensar, as brechas são positivas porque possibilitam, e até mesmo incentivam, o prosseguimento da investigação.

Considerando que nas pesquisas anteriores me detive sobre os espaços Lunda no contexto do avanço colonial português, a continuidade deverá se concretizar em estudos sobre espaços e temporalidades diferenciados. Entendo ser possível a compreensão do processo de absorção da escrita e de seu uso nas práticas comerciais a partir de contextos de missão cristã, dos séculos XVII e XVIII, entre as populações abundas (ou mbundu), os quais produziram acervos documentais.

A investigação a partir do arquivo missionário cristão, portanto, permitirá a construção de um quadro possivelmente mais completo, uma vez que “do ponto de vista metodológico”, pela “constância de registros”, será possível acessar “realidades africanas por um período alongado e com uma série documental que [permitirá] fazer uma série de perguntas”, conforme argumenta Patrícia Teixeira Santos.³³

³³ SANTOS, Patrícia Teixeira. Entrevista concedida a revista *Perspectiva Histórica*. Transcrição de Fernanda Barbosa Lopes e edição de Marilda Flores e Lígia Santana. *Revista Perspectiva Histórica*. n. 8, p. 167-177, jul./dez. 2016. Disponível em: <<http://perspectivahistorica.com.br/revistas/1481662898.pdf>>. Acesso em: 8 mar. 2017.

Para tanto, é importante por ora considerar a bibliografia já existente sobre a atuação missionária nos espaços angolanos, pois ela apresenta possibilidades de exploração desse acervo e a viabilidade do entendimento dos processos de tradução cultural realizada pelos missionários, assim como os de apropriação dos agentes africanos da mensagem divulgada pelos agentes religiosos.

Nesse sentido, um dos mais significativos estudos é o de Rosa Cruz e Silva sobre as feiras do Ndongo do século XVII. Nele, a historiadora apresenta problemáticas metodológicas de extrema relevância a respeito das fontes missionárias da época, especificamente, sobre as descrições produzidas por “missionários jesuítas (portugueses e castelhanos) que integraram a comitiva de Paulo Dias de Novais, aquando da sua primeira viagem às terras de Ngola Kiluanje, o soberano do Ndongo, em 1560”.³⁴

Ao oferecer-nos sua análise a respeito do comércio africano no período abordado, a historiadora nos alerta para o que chama de “nota dominante na maior parte dos documentos portugueses selecionados” para o seu estudo, qual seja: a referência constante à “feira como espaço privilegiado das transações comerciais”. Ao fazer isso, generosamente, Rosa Cruz e Silva expõe seu método de análise das fontes missionárias.

Cruz e Silva começa por se interrogar sobre o sentido das terminologias “mercado” e “feira” presentes nas fontes. Para tanto, parte do “pressuposto que [são] conceitos [que] obedecem exclusivamente aos padrões mentais dos missionários que os descreveram”. Para avançar sobre a problemática, trava um diálogo com a bibliografia especializada na temática do comércio em períodos e sociedades que se relacionam com o universo dos autores das fontes que examina.

Assim, a partir dos estudos de Virginia Rau, *As feiras medievais portuguesas*, e de Henri Pirenne, *As cidades da Idade Média*, propõe que as descrições dos missionários que acompanharam Paulo Dias de Novaes faziam referência ao que se entendia por mercado nas suas sociedades de origem: um espaço de comércio “com características muito locais de pequena dimensão, [que] destinava-se exclusivamente a prover a população dos bens alimentares correntes, no quotidiano e nos espaços em que estes têm lugar”. De acordo com Rosa Cruz e Silva, o uso do termo mercado nas descrições deveu-se a dependência dos missionários do comércio africano para obterem alimentos, “quando se esgotou a reserva vinda de Lisboa”.

³⁴ SILVA, Rosa Cruz. As feiras do Ndongo. A outra vertente do comércio no século XVII. In: *Actas do seminário “Encontro de povos e culturas em Angola”*. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 1997, p. 408-409. As fontes analisadas por Rosa Cruz e Silva encontram-se em: BRÁSIO, António. *Monumenta Missionária Africana*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1953, vol. II.

De outra forma, os espaços descritos como feiras apontavam para “pontos de reunião periódica de mercadores profissionais [...] onde se aumenta[va]m os números seja de mercadores como de mercadorias, bem como a proveniência dos mercadores que geralmente se desloca[va]m em caravanas para percorrer distâncias longas”. Assim,

No caso do Ndongo, e para falar já das feiras que os cronistas nos anunciaram, estas posicionam-se numa escala de valores que vai desde o rei, junto à Corte do qual se organiza a feira de maior importância, aos sobas seus vassallos, ou ainda a qualquer particular que o possa em razão das suas possibilidades organizar.³⁵

Mediante a exposição da metodologia de análise das descrições jesuítas, Rosa Cruz e Silva consegue apresentar as características gerais da organização das feiras do Ndongo que funcionavam com controle político do Ngola e sob regulamentos específicos. Nelas havia uma forte hierarquização dos espaços comerciais onde circulavam produtos como o sal que também serviam como moeda de troca.

Assim sendo, faz sentido a observação de Nuno Falcão a respeito da compilação documental organizada pelo padre espiritano António Brásio no século XX:

...Brásio tem o mérito de disponibilizar aos investigadores um conjunto de fontes, oriundas de diversos arquivos e bibliotecas, portuguesas e estrangeiras, com interesse para o estudo da acção missionária em África desde o séc. XV.

Haverá quem questione os processos de selecção das fontes e os objectivos teóricos da publicação de António Brásio, que surge inicialmente enquadrada numa lógica de política colonial portuguesa, em que se inseria tradicionalmente o sistema do Padroado (renovado pelo Acordo Missionário de 1940) e que subordinou os missionários católicos da África lusófona até 1974.

Não se nega a validade desse debate, que, no entanto, não altera a matéria de facto: a indiscutível qualidade do trabalho desenvolvido pelo Padre Brásio, com fontes de identificada proveniência (o que permite a todo o momento o cotejamento e enquadramento, pelo pesquisador, no universo documental mais vasto de onde foram seleccionadas) [...] Essa obra demonstrou até que ponto, entre documentos manuscritos inéditos e obras impressas ao longo dos séculos, os vestígios documentais produzidos pela acção missionária em África, ou sobre ela, se revelam como potenciais fontes para a construção do conhecimento histórico de África e das relações que diversos agentes (particularmente religiosos), vindos de geografias exteriores ao continente africano, estabeleceram com as suas populações.³⁶

³⁵ Todas as referências nos parágrafos acima são de SILVA, Rosa Cruz, op. cit., p. 410-411.

³⁶ FALCÃO, Nuno de Pinho. Os Arquivos das Ordens e Congregações Religiosas do séc. XX português: fonte para a História da missão na África lusófona. *Revista Maracanan*, n.12, Julho 2015, p. 124. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/17404>>. Acesso em: 8 mar. 2017.

Em síntese, é por meio da análise das descrições missionárias que Rosa da Cruz e Silva consegue propor que “o circuito comercial existente antes da presença portuguesa na região fazia correr gente de regiões muito afastadas”, como as “do Songo ou até mesmo da Lunda”. Estes mercadores procuravam nas feiras do Ndongo “o sal produzido na Kissama a poucos quilômetros da costa, controlado pelos titulares do poder Ngola”.³⁷

A partir do olhar ou da escrita dos missionários que acompanharam Paulo Dias de Novaes ao Ngola Kiluanje, Cruz e Silva pode ainda se posicionar no debate historiográfico a respeito da existência do comércio de longa distância antes da chegada dos europeus. A novidade, contrariando a tese de Jan Vansina, estaria tão somente na “ligação transatlântica das mercadorias africanas que passaram a chegar a outros mundos”. Nesse cenário, os portugueses passavam a representar um novo “parceiro comercial do Ndongo”, porque se interessavam por várias mercadorias que rodavam nos circuitos africanos, tais como: além dos escravizados, a tacula, o marfim, a cera, entre outros.³⁸

Considerações finais

A metodologia de pesquisa que parte de uma perspectiva que prevê a análise de relações entre agentes diferentes, isto é, considera tanto o descritor, quanto o descrito, é instigante e promissora para o avanço do conhecimento histórico.

Considerar a metodologia de Rosa Cruz e Silva, nesse sentido, é importante porque ela nos aponta para duas questões teórico-metodológicas de suma importância: a viabilidade das fontes missionárias para o conhecimento das experiências históricas africanas e a existência de formas de organização econômica antigas na África centro-ocidental,

³⁷ SILVA, op. cit., p. 409.

³⁸ Citando o trabalho de Adriano Parreira, Cruz e Silva apresenta a tese de Jan Vansina da seguinte maneira: “... Vansina caracteriza o comércio da África Central Ocidental em dois períodos distantes: a fase anterior e posterior à presença europeia. No primeiro caso, antes dos europeus, os africanos dessa África Central-Occidental protagonizavam um comércio de ‘curta distância’, entre vizinhos, comércio de características essencialmente regionais; para o segundo caso, ainda nesta óptica, ocorre a novidade ‘comércio de longa distância’, que no caso do Ndongo é introduzida pelos portugueses. Aqui está o pomo da discórdia de Parreira, que admite a existência desse comércio de longa distância antes da intervenção europeia e argumenta esta posição partindo de uma avaliação desse mesmo comércio, não pela amplitude do espaço percorrido pelos mercadores e seus produtos, mas pelo período de tempo percorrido, tendo em conta os condicionalismos climáticos entre outros, que naquela época acabavam por interferir negativamente em qualquer intenção de fazer chegar mais longe as mercadorias para a troca...”. Ibidem, p. 414-415.

voltadas para a concretização de um comércio que abrangia muito além do local.

Além do mais, todo esse conjunto de questões apresentado indica que o processo histórico de apreensão da escrita e de seu uso no cotidiano por pessoas comuns, como os carregadores do comércio de longa distância na Lunda, compreende uma longa duração, que vai desde os primeiros contatos com os missionários seiscentistas até os contextos coloniais do século XX. A análise refinada das fontes missionárias, tal como demonstrada por Rosa da Cruz e Silva, poderá lançar luz nas brechas que permaneceram de pesquisas anteriores e permitir entrever outros aspectos desse longo processo.

Recebido em: 18 de março de 2017.

Aceito em: 05 de julho de 2017.

A escrita como instrumento de reivindicação dos carregadores do comércio de longa distância da Lunda. Novas possibilidades de pesquisa a partir das fontes missionárias